

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA E GÊNERO: uma análise no município de Acopiara/CE

Michele Ribeiro de Oliveira¹

RESUMO: O presente artigo analisa a relação de gênero no Núcleo Gerando Renda do município de Acopiara/CE, que no período de 2006-2007 realizou cursos profissionalizantes, destinada às famílias cadastradas no referido projeto. Evidenciou-se o direcionamento ao público feminino, que nos cursos profissionalizantes reforça atividades manuais, com possibilidades de realização de atividades no próprio espaço privado/doméstico e com baixa remuneração. Ainda, destaca-se a direção dos programas sociais em que privilegia a mulher, mas observa-se o reforço às atribuições e a divisão sexual dos papéis, em que é evidenciado a responsabilização mulher no cuidado e atenção a família e seus membros.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero, Política Pública, Trabalho, Questão Social.

ABSTRACT: This article examines the relationship of gender in the core city of the Income Generating Acopiara/CE, which in the 2006-2007 period took vocational courses, for the families enrolled in the project. Show the direction to the female public, which enhances vocational courses in manual activities, with opportunities for activities in the area of private / domestic and low pay. Still, there is a way of social programs that focuses on women, but there is the strengthening of powers and division of sexual roles, where women empowerment is evidenced in the care and attention to family and its members.

KEY WORDS: Gender, Public Policy, Labor.

¹ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba.
michele.as@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da recente experiência profissional vivenciada na Secretaria de Assistência Social do município de Acopiara/CE, junto ao Projeto Família em Ação, no Núcleo Gerando Renda, na Proteção Social Básica da Política da Assistência Social. Decorrente da atual lógica de acumulação capitalista implica ajustes do Estado, com redefinições na forma de enfrentamento da questão social. As Políticas Públicas de Assistência Social são direcionadas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, abaixo da linha de pobreza. Conforme orientações dos organismos multilaterais sob a égide da diretriz neoliberal, o Estado deve atentar para o combate a pobreza. Ainda, focar as mulheres, como forma de superar a situação de pobreza que atinge o público feminino.

Nessa perspectiva, pretendemos analisar o projeto de geração de ocupação e renda no município de Acopiara/CE, que se apresenta como superação ao desemprego, no entanto intensifica a informalidade e precarização do trabalho, com ações focalizadas para as mulheres, destacando-as como importantes sujeitos para o desenvolvimento das políticas sociais, da responsabilidade da situação familiar.

A pesquisa foi realizada no município de Acopiara/CE, abrangendo participantes da zona urbana e rural, das quais concluíram cursos profissionalizantes no período de 2006 a 2007. Realizamos entrevistas semi-estruturadas a 109 concluintes dos 07 cursos profissionalizantes promovidos. Posteriormente, procedemos a técnica de análise dos dados qualitativos e quantitativos. Como resultado foi possível analisar a predominância de participantes do sexo feminino, que em sua maioria não ocasionou impactos no rendimento familiar; quando possibilita o "trabalho por conta própria" ou domiciliar permite uma remuneração insuficiente ao sustento familiar, demonstrando uma forma intensificada da precarização e informalidade da "mão-de-obra" feminina.

2. TRABALHO FEMININO E MERCADO DE TRABALHO

Na contemporaneidade os impactos no mundo do trabalho configuram-se com expressão crescente e complexa da questão social diante da acumulação capitalista, no qual ocasiona ajustes e redefinições do Estado na forma de enfrentamento das presentes seqüelas da questão social. Nesse contexto, a Política de Assistência Social aponta como mecanismo para atendimento à população que se encontra excluída ou sobrando na nova ordem do capital, permeada pelo individualismo e descartabilidade. Nesse sentido, as transformações societárias implicam em alterações no mundo do trabalho, com aumento da informalidade e precarização das relações de trabalho.

Analisar a questão social na contemporaneidade é necessário compreender as transformações ocorridas no âmbito do trabalho, a qual expressa uma das complexas expressões da questão social. O caso do desemprego estrutural é expressivo a partir da reestruturação produtiva, adotando a flexibilização da produção, corroborando para uma insegurança social crescente.

O impacto no mundo trabalho acentua-se a partir dos anos 1980, com o novo padrão produtivo, associado ao incentivo tecnológico, com crescente descentralização produtiva, acarretando o desmonte de direitos alcançados, comprometendo a proteção social do trabalho, evidenciando a heterogeneização, fragmentação e complexificação do trabalho. Assim, a informalidade está vinculada as ocupações que inexistem relação de proteção do trabalho, à legislação trabalhista. Conforme Antunes (2006, p. 209),

[...] houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontrato, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc.

A informalidade constitui uma ameaça de pauperização para os trabalhadores, a desproteção legal, que atinge parcela significativa da população que sobrevive da venda da força de trabalho.

Historicamente, as desigualdades socioculturais construídas entre mulheres e homens representam um fenômeno social que repercute na vida pública e privada de ambas as classes, pois nesse contexto estão inseridos papéis sociais diferenciados, imbuídos por dominação e submissão da mulher pelo homem, perpassando vários aspectos da vida social.

Nesse sentido, a relação de trabalho feminino é influenciada por essa construção social, implicando em diferenciações da inserção da mulher no mercado de trabalho.

A partir da década de 1920, com processo de industrialização e desenvolvimento das cidades no cenário brasileiro, propicia a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho, sendo crescente nas décadas seguintes. Com ampliação da ocupação feminina no mercado de trabalho, realizando atividades fora do espaço doméstico, demonstra uma relação e situação diferenciada do trabalho masculino, configurando situações de menor qualificação, condições mais precarizadas de trabalho, menor salário e em ocupações associadas à figura feminina, as quais foram construídas socialmente. Assim, podemos destacar as atividades de magistério, enfermagem, comércio, costureira, manicure, cozinheira entre outras.

No Brasil, a partir da década de 70 (séc. XX), o Movimento Feminista promoveu a discussão da discriminação da mulher na sociedade, questionando os papéis construídos histórico e socioculturalmente entre o homem e mulher, enfocando entre outros assuntos, as relações de violência, do mercado de trabalho, sexualidade e o reconhecimento dos direitos da mulher. Quanto à inserção feminina ao mercado do trabalho, esse momento histórico foi marcado por uma discussão das condições e relações de trabalho feminino, explicitando a existência da discriminação e as revelando as suas necessidades e reivindicações.

Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, fruto da reestruturação produtiva e de globalização em decorrência da transformação do capital nos últimos anos do século XX, possibilita a ampliação do trabalho feminino, conforme coloca Bruschini (1998, p. 29),

Mudanças demográficas — como a diminuição do número de filhos — liberaram as mulheres para o trabalho. A expansão da escolaridade aumentou suas credenciais para enfrentar o mercado de trabalho. Mudanças culturais em relação ao papel das mulheres nas sociedades ocidentais modernas, ao valorizar o exercício de uma atividade profissional, impulsionaram para o mundo do trabalho até mesmo aquelas que teriam outra opção.

Essas transformações ocasionam significativa incorporação do trabalho feminino ao processo produtivo, com destaque as condições de rebaixamento de salários, condições inseguras de trabalho, ausentes de direitos legais.

3. POLÍTICA SOCIAL E PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA

As definições dos conteúdos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estão materializadas no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que vislumbra a ressignificação e nova estrutura institucional e política da Política de Assistência Social, que tem como base fundante a cultura de direitos com ampliação da proteção social. A partir do novo modelo de gestão descentralizada e participativa, definem elementos essenciais à execução da política de proteção social.

Apesar do avanço e ressignificação da Política de Assistência Social, como Seguridade Social na atualidade brasileira que propicia a construção dos direitos sociais e a busca pela efetivação das formas de proteção aos seus usuários, confronta-se com um Estado sob diretrizes neoliberal, regido pelo capital mundializado, viabilizando programas, projetos e ações focalizadas no combate a pobreza. Presencia-se uma redução no investimento na área social, comprometendo as políticas universalizantes, paralelo à expansão da focalização e seletividade das políticas sociais.

As intervenções do Estado na política de geração de ocupação e renda se apresentam associada a programas de qualificação profissional. Conforme Silva (2002), os projetos de geração de renda, ao longo da década de 1990, apresenta como estratégia social de sobrevivência, com visibilidade ao enfrentamento da desigualdade social, inseridas nos debates sobre assistência social, centradas nos deveres do Estado, na promoção dos mínimos sociais.

As ações de geração de ocupação e renda podem configurar-se com resposta à desigualdade e miserabilidade da população, que a partir da nova concepção da Política de Assistência Social, através da proteção social básica, elucida para o protagonismo social. Por outro lado, consubstancia a reprodução da força de trabalho informalizada e desqualificada, inseridas em ocupações temporárias e com remuneração insuficiente, com impactos na condição de vida.

4. PROJETO GERANDO RENDA E GÊNERO NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA/CE

A pesquisa em foco foi realizada no município de Acopiara, localizado no Sertão Cearense, que possui uma população estimada em 47.137² habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,597³.

Analisar os resultados da primeira etapa de cursos profissionalizantes oferecidos pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Assistência e Promoção Social de Acopiara, é ponto central de nossa pesquisa, que permite a percepção das participantes acerca do projeto de geração de renda e quais seus impactos na vida das mesmas. .

Realizamos entrevistas semi-estruturadas a 109 concluintes dos 07 cursos profissionalizantes promovidos, no qual representou 40,4% do total de participantes. Esse instrumento possibilitou informações quanto ao perfil das participantes, bem como, a percepção sobre as expectativas e avaliação das mesmas a respeito desse projeto. Posteriormente, procedemos à técnica de análise dos dados qualitativos e quantitativos.

Inicialmente foram realizados os cursos na zona urbana e em três distritos da zona rural: Vila Santo Antônio, Umari e Trussu, formando 13 turmas, sendo 03 na zona rural e 10 na zona urbana, distribuídos em 07 cursos profissionalizantes em parceria com o SENAC, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1: Cursos Profissionalizantes



FONTE: Secretaria de Assistência e Promoção Social. Acopiara.2007

Foram realizadas 270 inscrições, desse total apenas 1,1% dos participantes eram do sexo masculino. Observamos que as mulheres são as maiores participantes do

² Dados do IBGE/2000.

³ Dado do Atlas de Desenvolvimento Humano do PNAD/2000

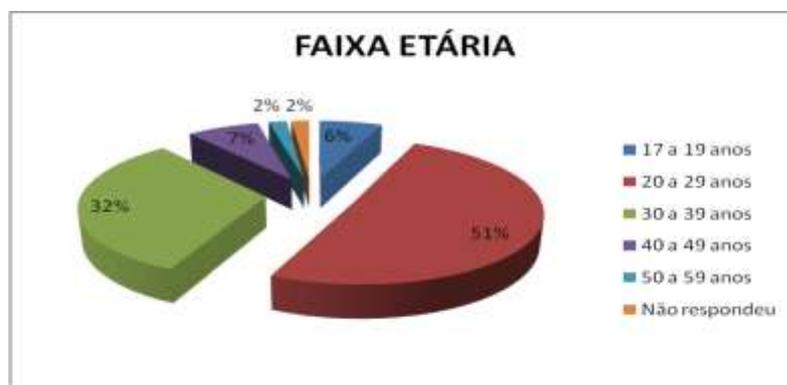
programa, ainda, os cursos ofertados centram-se em atividades direcionados preferencialmente ao público feminino.

Este dado demonstra que a participação das mulheres nos programas sociais é maioria, face aos critérios estabelecidos pelos mesmos, sendo proeminente o direcionamento ao cuidado dos filhos, expressando da construção histórica e social da divisão sexual dos papéis, que remete a relação desigual entre os gêneros, determinada pela construção da organização da sociedade, em que as relações de dominação, exploração e desigualdade entre mulheres e homens são presentes.

Quanto às inscrições para os cursos, 74,1% corresponde a zona rural, o qual demonstra que a população urbana tem maior possibilidade de acesso a determinadas ações e políticas.

Do universo pesquisado 50,5% estão na faixa etária de 20 a 29 anos de idade e apenas 1,8% de 50 a 59 anos, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2: Faixa Etária



FONTE: Secretaria de Assistência e Promoção Social. Acopiara.2007

No tocante ao número de membros da com posição familiar 59,6% das entrevistadas tem entre 03 a 04 membros na composição familiar e, apenas, 2,7% com 09 a 10 membros. Quanto ao estado civil 29,3% mantém união consensual e 30,3% são casadas.

Questionando sobre o que esperavam dos cursos, obtivemos 50,4% das respostas em que tiveram *totalmente* suas expectativas atendidas e apenas 0,9% tiveram suas expectativas *pouco* atendidas. Quanto ao percentual das que tiveram suas expectativas

em partes atendidas, 34,9%, atribuíram a curta carga horária que não permite maior qualificação e por não permite complementar o sustento familiar.

Em relação ao aproveitamento do curso para a vida das participantes, 48,6% responderam que em partes estão aproveitando os conhecimentos adquiridos nos cursos e 8,2% não consideram que tiveram proveito. Esse não aproveitamento foi associado à falta de condições financeiras para aquisição do material para confecção dos produtos e realização de atividades. Vejamos os depoimentos das participantes:

“Não faço nada para vender porque não tenho dinheiro.... [...] não posso nem comprar o bujão de gás...” (E. – curso de Lancheiro)

“Não estou aproveitando porque não tenho dinheiro para comprar os materiais e não ganhei o kit de cabeleireiro.” (R. – curso de Corte de Cabelo e Escova)

Concernente a realização de atividade que permita geração de renda a partir dos cursos profissionalizantes, 42,2% desenvolve atividade que possibilita o complemento da renda familiar e 57,8% não desenvolve nenhuma atividade que gere renda. Entre os cursos ofertados o que teve menor percentual de complementar a renda, foi o curso Básico de Corte e Costura e o que, ainda, permitiu atividades remuneradas foram os cursos de Corte de Cabelo e Escova, Lancheiro e Bijouteria.

Observamos que independente da realização de atividade que gere o complemento do sustento familiar, a satisfação em concluir o curso é significativamente importante para as mulheres, como se observa nos trechos dos depoimentos a seguir.

“Não deu para fazer uma renda, mas conserto a roupa em casa, já não vou pagar, não vou ter despesa, eu mesmo faço.” (Corte e Costura.)

“Produzo para mim os brincos! ”. (Bijuteria.)

“Aprendi uma nova profissão.” (Bijuteria)

Remetendo-se à importância da participação e conclusão do curso profissionalizante 96,3% afirmaram que elevaram a auto-estima, pois despertou a capacidade de aprender; ter uma ocupação e uma atividade.

Observando os resultados da contribuição da capacitação/profissionalização, 44% afirmaram que tem sua renda familiar complementada com o desenvolvimento de atividade a partir do curso profissionalizante; e 52,3% afirmaram que não. Em relação as que responderam não, 10,5% informam que as vendas a prazo (“fiados”) e do elevado preço dos materiais contribui para a interrupção dos trabalhos.

“Comecei a vender mais parei, pois aqui em Acopiara e Iguatu é muito caro, uma bolinha só é muito caro...dá não! Pra comprar mais barato tem que ir para Juazeiro ou Fortaleza, aí não tem dinheiro!”. (A.- Bijuteria)

“Comecei a vender salgado em casa, mas nem sempre tenho dinheiro. Agora só faço de encomenda.” (E. – Lancheiro)

“Dá pra se virar, a gente sabe que é ruim os fiados, mas temos que fazer! Se a gente se qualificar mais a gente pode aumentar o que ganha.” (N. - Corte de cabelo e escova)

Por outro lado, presencia-se que o referido curso profissionalizante permitiu complementar a renda, como expressa os depoimentos abaixo.

“Ah! Minha filha! Se não fosse esse curso que vendi minhas coisa não tinha pago as minhas prestações. Consegui pagar a prestação da Tv e outras coisa em casa. Graças a Deus.” (M. – Bijuteria)

“Eu estou vendendo até hoje. Estou até ensinado a duas meninas que estão trabalhando pra mim. (...) Pois já tenho duas meninas que trabalham comigo: um fica em casa comigo fazendo e uma vai vender nos sítios vizinhos e até Quixelô e Iguatu. Aí eu dou uma pequena quantia no mês a ela, ou até uma pulseira ou conjunto. Sei que dá pra ter dinheiro, pouco mais sempre dá um jeitinho”. (A – Bijuteria)

Percebemos que os valores que as atividades proporcionam 33,4% das entrevistadas conseguem uma remuneração entre R\$ 10,01 a R\$ 30,00 e apenas 6,2% entre R\$ 80,00 a R\$ 100,00. Conforme tabela abaixo, averiguamos que a remuneração é insuficiente ao sustento familiar, intensificação a informalização e precarização das condições de trabalho.

Gráfico 3: Rendimentos



Assim, averiguamos que a remuneração é insuficiente ao sustento familiar, intensificação a informalização e precarização das condições de trabalho. Destacamos que apesar das atividades permitirem uma remuneração insuficiente, as participantes enfatizaram que mesmo assim é importante para o sustento familiar.

CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas acerca do programa de geração de renda e a mulher apontam que na lógica incorporados pelas políticas sociais em que privilegia a mulher como responsável pela inserção das famílias como beneficiárias de programas, corroboram para as relações desiguais de gênero, que marcam as construções históricas e sociais da sociedade, sendo contundente a distinção do espaço privado e público para atividades e papéis entre homens e mulheres.

Observamos que paralelamente à efetivação da Política de Assistência Social, enquanto direito do cidadão e dever do Estado, a ótica neoliberal que preconiza pela minimização nos investimentos na área social, contribui para a focalização das políticas públicas nos segmentos mais vulnerabilizados da população. Nessa concepção, as mulheres em sua maioria pobres, tornam-se o grupo foco das ações governamentais.

Destarte, as ações de geração de ocupação e renda configuram-se como resposta à desigualdade e miserabilidade da população, paralelamente consubstancia a reprodução da força de trabalho informalizada e desqualificada, inseridas em ocupações

temporárias e com remuneração insuficiente, em que a lógica intrínseca do sistema capitalista, acirra a relação da exploração e acumulação.

Neste sentido, a reestruturação produtiva decorrente da transformação do capital nas últimas décadas, baliza à inserção da mulher no processo produtivo, explicitando a existência da discriminação, rebaixamento de salários, condições inseguras de trabalho e ausência de direitos legais.

Por fim, analisamos que o Núcleo de Geração de Renda que se apresenta como superação ao desemprego, no entanto intensifica a informalidade e precarização do trabalho, pois em sua maioria não ocasionou impactos no rendimento familiar; quando possibilita o "trabalho por conta própria" ou domiciliar permite uma remuneração insuficiente ao sustento familiar, demonstrando uma forma intensificada de instabilidade e insegurança na lógica atual da sociedade capitalista.

Referências

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses e a centralidade do trabalho hoje. IN: Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2004.

BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social NOB/SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2005.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Políticas públicas municipais de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. . IN: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 69. São Paulo: Cortez, 2002